



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE
BENAVENTE — PRIMEIRA REVISÃO —

29 - JUNHO - 2015

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA _ **DECLARAÇÃO AMBIENTAL**

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Data de aprovação

Benavente, 29 de junho de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Benavente

Índice

[Estrutura de acordo com o artigo 10.º do Decreto Lei 232/2007 de 15 de junho]

- 1_ Nota Introdutória, 3

- 2_ A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no Plano [i) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007] , 4

- 3_ **Consulta Pública, 11**
 - 3.1_ Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º do DL 232/2007, [ii) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007], 11
 - 3.2_ Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º do DL 232/2007 (Estados Membros da União Europeia), [iii) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007], 14

- 4_ As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração, [iv) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007] 15

- 5_ As medidas de controlo previstas, [v) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007], 18

1. Nota Introdutória

A revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Benavente foi aprovada em Assembleia Municipal, em **29 de junho de 2015**.

A presente Declaração Ambiental (DA) foi desenvolvida com base no estipulado no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) onde constam os elementos que devem ser incluídos na Declaração Ambiental, designadamente:

- A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia);
- As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11.º).

2. A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no Plano

[i) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007]

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) implicou um primeiro momento de definição do âmbito, que permitiu configurar os temas fundamentais em avaliação que integraram os Fatores Críticos de Decisão (FCD). Nesta fase da AAE, tomando como elementos de base os **Fatores Ambientais** (FA) que se expressam nas características intrínsecas do território em questão, realizou-se uma análise focada na interação das **Opções Estratégicas** (QE) da proposta de revisão do PDM de Benavente com os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE) preconizado para a proposta de revisão do PDM. Com esta análise foi determinado o grau de convergência dos objetivos estratégicos do PDM com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos diversos instrumentos de política ambiental que integram o QRE.

Identificaram-se as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguraram determinantes para o objeto em análise, a proposta de revisão do PDM de Benavente, tendo as mesmas sido integradas nos **Fatores Críticos de Decisão**, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução da revisão do PDM de Benavente.

Desta forma, foram definidos como FCD a analisar no âmbito da AAE, que reuniram os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que serviram de base para a tomada de decisão:

- **Desenvolvimento da Base Económica / Empresarial;**
- **Estruturação e Qualificação Urbana / Acessibilidade e Mobilidade;**
- **Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural;**
- **Desenvolvimento Turístico;**
- **Prevenção / Mitigação dos Riscos;**
- **Agentes de Desenvolvimento.**

Atendendo ao Relatório de Fatores Críticos desenvolvido e aos pareceres emitidos pelas entidades consultadas com responsabilidades ambientais específicas, foi elaborado o Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico.

A metodologia de AAE adotada, no âmbito da elaboração do Relatório Ambiental, para a caracterização de cada um dos FCD definidos, envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Caracterização da situação existente e análise das principais tendências na ausência da execução do Plano;
- Análise dos efeitos esperados pela execução do Plano;
- Avaliação estratégica de oportunidades e ameaças;
- Proposta de um programa de seguimento, com diretrizes para planeamento, monitorização e gestão;
- Estabelecimento de um quadro de governança para a ação;
- Orientações para o estabelecimento de um plano de controlo para acompanhamento do processo.

Da análise de cada um dos Fatores Críticos de Decisão resultou ainda a indicação da necessidade de integração de algumas questões ambientais consideradas importantes, nos objetivos estratégicos do próprio plano.

Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos estratégicos inerentes à revisão do PDM de Benavente, que se encontram expressos nos elementos que acompanham a proposta de revisão do PDM, integram domínios de carácter ambiental, social e de ordenamento do território considerados relevantes e convergentes com uma política de sustentabilidade inspirada nos referenciais estratégicos definidos no âmbito da AAE (Quadro 1).

Quadro 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Benavente (Fonte: adaptação dos estudos setoriais que suportam a proposta de revisão do PDM de Benavente)

OPÇÕES ESTRATÉGICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
REESTRUTURAR E QUALIFICAR A REDE URBANA MUNICIPAL (COESÃO SOCIAL)	<ul style="list-style-type: none"> - Transformar os territórios, criando regulamentação urbana de raiz - Promover a inclusão social, principalmente dos grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos e deficientes - Estruturar o território urbano – Revitalizar o centro, qualificar a periferia – polinucleado <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitar e revitalizar as zonas antigas • Estruturar as segundas coroas • Estudar ofertas diferenciadas de espaços urbano-residenciais com fim de atrair um leque diversificado de população potencial, garantindo altos índices de habitabilidade, urbanidade e ruralidade • Apostar nos usos públicos enquanto motores da qualidade urbana • Promover o reequilíbrio funcional – minimizar efeitos negativos da proximidade entre funções díspares (habitação e indústria) ou entre esta e o meio natural • Promover uma política de requalificação do edificado, com a participação da população • Afirmar o sistema biofísico como estruturante e estruturador da organização territorial - Reforçar as mobilidades internas e externas, com a melhoria das condições de segurança, de circulação e ambientais – a mobilidade como sustentáculo da posição metropolitana <ul style="list-style-type: none"> • Modernizar e Reestruturar da rede de transportes públicos • Assegurar canais de mobilidade de distribuição entre sedes de freguesia e com o exterior • Resolução do trânsito de atravessamento do interior da sede do concelho • Criar uma malha urbana coerente de estruturação dos aglomerados - Criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização, integrando espaços naturais complementares, salvaguardando a identidade dos lugares <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os espaços públicos – percursos de ligação em rede (Programar o tratamento dos largos, praças e jardins urbanos e criar percursos pedonais de ligação e relação entre eles e Potenciar a criação de espaços de enquadramento aos equipamentos, como praças ou jardins onde possam ocorrer acontecimentos socializantes) • Valorizar a Estrutura Ecológica Municipal, entendendo-a como instrumento capaz de preservar e valorizar o património natural do concelho, promovendo a sua ligação ao património construído, nomeadamente aglomerados com características de interesse para o registo histórico do povoamento, mas também capaz de garantir a qualidade ambiental dos espaços urbanos e a sua articulação com os espaços rurais • Valorizar elementos naturais no interior e na envolvente dos aglomerados - espaços de ligação ao território rural (Dar continuidade às intervenções de qualificação das frentes ribeirinhas; Garantir a defesa e o tratamento paisagístico das linhas de água que atravessam os aglomerados; Definir percursos de interesse paisagístico; Recuperar e reconverter para usos atrativos antigas estruturas agrícolas e assim permitir um maior contacto com sítios de interesse; Estabelecer protocolos que permitam pensar em instalar centros de educação e informação ambiental e Incentivar promotores ou entidades (por exemplo a Companhia das Lezírias) a apostarem em formas de turismo da natureza ou ecoturismo) • Nas freguesias mais dinâmicas torna-se relevante assegurar a qualidade

OPÇÕES ESTRATÉGICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
	<p>dos espaços públicos e de lazer, numa concertação entre promotores e poder local</p>
<p>FORTALECER E DIVERSIFICAR BASE ECONÓMICA / EMPRESARIAL (COMPETITIVIDADE)</p>	<p>- Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos.</p> <p>- Reforçar articulações funcionais a nível regional apostando na especialização – Benavente como interface entre a AML e o território nacional/internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articulação com a perspetiva do futuro traçado TGV/Implementação dos traçados alternativos de transporte público • Qualificar a imagem das zonas de localização empresarial existentes (Assumir a imagem das zonas industriais como preocupação, por operações de desenho urbano; Programar a instalação de equipamentos e serviços de apoio empresarial; Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação; Definir a rede viária estruturante e clarificar a forma como se relaciona com a rede municipal) • Planear os espaços e os eixos preferenciais de localização empresarial (Potenciar os espaços de proximidade com os nós da A-10 e A-13; Apostar na imagem atrativa destas zonas como zonas empresariais de excelência; Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação; Oferecer espaços públicos e espaços verdes qualificados e um programa de serviços e equipamentos de apoio atrativo; Apostar nos serviços terciários qualificados em especial ensino superior e empresas de base tecnológica como âncoras possíveis) • Apostar na atracão de atividades qualificadas que tirem partido do quadro locativo existente – interface AML (Oferecer espaços apropriados para a Logística em especial ao longo dos eixos da EN-10 e da EN-118; Explorar possibilidade de instalar Serviços especializados de apoio às atividades existentes no domínio da investigação; Procurar incentivar uma forte relação entre o Pólo da Universidade Lusófona previsto para Santo Estêvão e a base económica local; Programar e capitalizar a presença de uma unidade de ensino universitário como fator de localização capaz de fixar e atrair um tecido empresarial mais qualificado) • Monitorização da indústria extrativa • Procurar oferecer espaços empresariais atrativos e qualificados, “amigos e compatíveis” com o ambiente <p>- Desenvolver e modernizar a atividade agrícola, florestal e de produção animal – produtos de qualidade, certificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação da atividade agrícola e Preservação florestal (Apostar na produção de produtos de excelência e criar uma Imagem de Marca; Certificar produtos de qualidade; Divulgar e Promover a nível regional e nacional produtos locais – rotas temáticas; Incentivar a florestação com espécies autóctones e de maior valor – sobreiro, pinheiro manso) • Fomentar a Agropecuária, uma atividade de referência, sendo a sua imagem de marca ligada ao cavalo, para além de existirem explorações de outras espécies animais <p>- Oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infraestruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da ecoeficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infraestruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da ecoeficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios.

OPÇÕES ESTRATÉGICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<p>QUALIDADE DA PAISAGEM E DO SISTEMA NATURAL – ELEMENTO ESTRUTURANTE DO TERRITÓRIO METROPOLITANO BEM COMO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EXISTENTE (SUSTENTABILIDADE)</p>	<p>- Manter o equilíbrio entre o território e a ocupação humana</p> <p>- Assegurar o equilíbrio entre as potencialidades naturais e a atividade humana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequar as novas infraestruturas necessárias à capacidade de carga do território • Qualificar as práticas agrícolas e pecuárias para não gerarem impactos no ambiente <p>- Integrar e Valorizar o sistema natural no meio urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerar espaços biofisicamente sensíveis, identificando áreas prioritárias para a conservação (Espaços controlados por regras de sustentabilidade que garantam o funcionamento dos sistemas naturais) • Defender o equilíbrio ambiental do espaço urbano e Promover a socialização do meio urbano – espaços de usufruto público (Zelar pela proteção e tratamento das linhas de água – prevenção de risco de cheias; Definir a Rede de percursos de ligação entre espaço urbano e sistema natural – Guia dos percursos temáticos do concelho) <p>- Garantir a sustentabilidade dos usos de água e salvaguardar o estado das massas de água.</p>
<p>DESENVOLVER SUSTENTADAMENTE O SETOR DO TURISMO E “CONSTRUIR UM TERRITÓRIO DO LAZER” (SUSTENTABILIDADE)</p>	<p>- Valorizar e integrar programas emergentes, turismo temático – hipismo, golfe</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tirar partido das singularidades e qualidade ambiental do concelho • Qualificar intervenções valorizando sinergias existentes (Criar rotas regionais apoiadas em setores chave – ganadareias, coudelarias, gastronomia, recursos naturais; Criar infraestruturas de suporte – alojamentos, restauração, equipamentos) <p>- Desenvolver novas Redes Turismo de forte relação com a Natureza, integradoras das especificidades do Concelho como a Gastronomia, o mundo equestre, o interesse paisagístico, os acontecimentos ou mesmo, a requalificação de antigas quintas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar novos interesses e atracão de novos públicos para acontecimentos e atividades desenvolvidas em torno das especificidades e do sistema biofísico local (tirando partido do Rio Sorraia, do Tejo, e dos Paus de Belmonte e Trejoito) • Assumir o Turismo da Natureza e o Lazer como elementos centrais da estratégia de desenvolvimento municipal <p>- Gerir a procura do território como espaço de lazer e recreio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover uma oferta turística diversificada – turismo tradicional, ecoturismo, turismo natureza (Estabelecer parcerias para explorar o setor do Ecoturismo, Turismo da natureza e aventura, e educação e sensibilização ambiental) • Implantação de campos de golf e “resorts” múltiplos, de forma a conseguir o efeito de escala para o sucesso turístico e implementação de empreendimentos turísticos que representem um benefício em termos de ordenamento do território, da sustentabilidade ambiental e natural. • Garantir a manutenção do carácter da paisagem nas novas intervenções de cariz turístico • Preservar as características autóctones – imagens de marca e símbolo de marketing

Salienta-se que, para além de se verificar o atendimento das questões de sustentabilidade ambiental nos objetivos estratégicos expostos no plano, as matérias ambientalmente significativas encontram-se transpostas para os elementos do plano com caráter vinculativo, designadamente no seu regulamento.

Relativamente às “Zonas Inundáveis ou ameaçadas pelas cheias” (Artigo 91.º), o regulamento prevê o seguinte:

“1 – As Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias correspondem às áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela cheia com período de retorno de cem anos ou, pela maior cheia conhecida no caso em que não existam dados que permitam identificar a anterior.

2 – A ocupação das Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias integradas em Solo Rural está condicionada às seguintes normas:

- a) É interdita a construção de novas edificações, com exceção das situações em que, fique provado não existir localização alternativa fora destas áreas e se trate de edifícios indispensáveis à atividade agrícola;*
- b) É interdita a construção de caves e aterros;*
- c) É admitida a reconstrução de edifícios existentes licenciados desde que, a área de implantação seja igual ou inferior à existente e a cota do piso térreo seja superior à cota local da maior cheia conhecida;*
- d) Os projetos das edificações devem demonstrar estar inequivocamente adaptados para poder resistir aos riscos previsíveis, necessitando de prévia autorização da entidade com jurisdição dos recursos hídricos afetados.*

3 – A ocupação das Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias integradas em Solo Urbano está condicionada às seguintes normas:

- a) É admitida a reconstrução de edifícios existentes licenciados desde que a área de implantação seja igual ou inferior à existente;*
- b) Excecionalmente, poderão ser licenciadas novas edificações nos espaços intersticiais do tecido urbano;*
- c) É interdita a construção de caves e aterros;*
- d) É interdita a ocupação habitacional no piso térreo podendo, para este uso, ser obrigatória a elevação da cota de soleira, a qual ficará superior à cota local da maior cheia conhecida;*
- e) Os projetos das edificações devem demonstrar estar inequivocamente adaptados para poder resistir aos riscos previsíveis, necessitando de prévia autorização da entidade com jurisdição dos recursos hídricos afetados.”.*

Existe ainda no regulamento uma secção específica (Secção IV) que diz respeito à “*Estrutura Ecológica Municipal*” (EEM). De acordo com o articulado no n.º 1 do Artigo 12.º “*a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) é constituída pelo conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais e urbanos.*”, sendo que, de acordo com o n.º 3 do Artigo supramencionado, “*A EEM é delimitada em coerência com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) definida no PROT OVT, com o Plano Setorial da Rede Natura 2000*

(PSRN2000), nas vertentes SIC e ZPE do Estuário do Tejo, esta última sob o Plano de Gestão da ZPE, com o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET) e com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF Ribatejo). Integra a Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), a Rede Natura 2000 com exclusão da área urbana de Samora Correia, as áreas de risco – zonas ameaçadas pelas cheias e as áreas com riscos de erosão, os leitos dos cursos de água classificados como REN, as faixas non aedificandi da Rede Viária Supra Municipal (A 10 e A 13), o Espaço Natural do Solo Rural (RN) e o Espaço Verde do Solo Urbano (UV).”

De salientar, ainda, que a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano foram asseguradas através da definição de um Plano de Controlo que força a aplicação de medidas de sustentabilidade na fase de execução do plano. Neste contexto, acresce a importância da **fase de seguimento**, que promove o acompanhamento da implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente, através da monitorização da evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, sua análise face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e ainda a possibilidade de se efetuar uma revisão periódica ao plano de controlo proposto (Quadro 3 e Quadro 4).

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

3. Consulta Pública

3.1. Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º do DL 232/2007

[ii) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007]

De acordo com o n.º 1, do Artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) a Avaliação Ambiental Estratégica requer que, antes da aprovação do plano e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração (Câmara Municipal de Benavente) promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

No quadro seguinte apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) consultadas, relativamente ao Relatório Ambiental entregue. Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na revisão do relatório ambiental final. As questões que não sofreram alteração, de acordo com as sugestões das ERAE, foram alvo de justificação.

Quadro 2 - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado(s) pelas ERAE	Observações
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	
A APA emitiu parecer desfavorável ao PDM de Benavente devido às questões relacionadas com o Mapa de Ruído.	O município de Benavente contestou a Declaração de Impacte Ambiental no que se refere às questões do Ruído associado ao NAL no Tribunal Administrativo de Leiria. O Mapa de Ruído foi atualizado e foram identificadas as zonas de conflito (zonas onde os níveis de ruído já excedem hoje os valores máximos admissíveis). Estas zonas correspondem a áreas marginais dos principais eixos viários e devem ser objeto de plano de redução de ruído.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	
- Relativamente ao FCD “Desenvolvimento da Base Económica e Empresarial”, a entidade propõe que sejam acrescentados novos objetivos de sustentabilidade relativamente à qualificação humana e que sejam analisados os efeitos esperados relativamente ao indicador “Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas com base tecnológica”.	De uma forma geral as preocupações/propostas/sugestões da entidade relativamente ao FCD Desenvolvimento da Base Económica e Empresarial, nos diferentes capítulos de avaliação, foram atendidas e concretizadas. Foi introduzido ainda o domínio “Qualificação Humana” dando resposta à necessidade de se promover o capital humano do município.
Relativamente ao FCD “Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidades e	De uma forma geral as preocupações/propostas/sugestões da entidade

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado(s) pelas ERAE	Observações
Mobilidade”, a CCDRLVT sugere que sejam revistas as unidades de alguns dos indicadores definidos. A entidade considera ainda a necessidade de prestar alguns esclarecimentos no capítulo referente à análise de tendências e efeitos esperados.	relativamente ao FCD “Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidades e Mobilidade” foram tidas em conta. No entanto, refere-se que foi incluído no FCD anterior o domínio referente à qualificação dos recursos humanos.
Relativamente à questão dos Resíduos, a entidade propõe alteração de indicadores.	Relativamente à questão dos Resíduos importa referir que essa matéria foi retirada deste FCD, sendo integralmente analisada de forma pormenorizada no âmbito do domínio “Qualidade Ambiental” do FCD “Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural”.
No que respeita ao FCD “Desenvolvimento Turístico” a entidade considera necessário rever alguns indicadores e respetivas unidades.	De uma forma geral, as sugestões foram tidas em conta e revistas as unidades dos indicadores.
No que respeita ao FCD “Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural” a entidade sugere a revisão, no domínio da Qualidade Ambiental, do Ruído, quer ao nível da integração de novos objetivos de sustentabilidade e indicadores, quer da avaliação dos efeitos esperados e ameaças assim no Quadro de Governança para a Ação e na definição de medidas de seguimento.	De uma forma geral as preocupações/propostas/sugestões da entidade relativamente ao ruído, nos diferentes capítulos de avaliação, foram atendidas e concretizadas no domínio da “Qualidade Ambiental”, no FCD “Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural”.
Relativamente aos resíduos, a CCDRLVT propõe a integração de uma medida de seguimento.	A medida de seguimento proposta ao nível dos resíduos foi considerada e integrada no Plano de Controlo, no domínio da “Qualidade Ambiental” no FCD “Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural”. De salientar que, relativamente à ação proposta de erradicação de depósitos ilegais de resíduos, considera-se que a área afeta a essas ações deverá ser todo o território municipal.
Em relação ao FCD “Prevenção/Mitigação dos Riscos”, a entidade sugere que sejam revistos alguns objetivos de sustentabilidade, indicadores e respetivas unidades.	Todas as sugestões propostas pela entidade foram tidas em consideração no âmbito do FCD “Prevenção/Mitigação dos Riscos”.
Administração da Região Hidrográfica do Tejo	
A entidade refere que, na generalidade foram atendidas as propostas de alterações e sugestões formuladas	
Autoridade Nacional da Proteção Civil	
A entidade considera que grande parte das sugestões emitidas no anterior parecer foram atendidas no Relatório Ambiental, no entanto, relativamente ao Risco de Inundações, propôs a integração de dois indicadores.	A sugestão da entidade foi tida em consideração na reformulação do presente Relatório Ambiental.
Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico	
A entidade concorda na generalidade com o conteúdo do Relatório Ambiental, salientando positivamente a inclusão do património cultural no Fator Crítico de Decisão – Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e Património Cultural. Ainda assim sugere que seja apresentada uma caracterização sumária da valoração de cada elemento relativo ao património arqueológico.	A sugestão da entidade foi tida em consideração na reformulação do Relatório Ambiental.
Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	
No parecer emitido este Instituto não faz qualquer ressalva nem menção à Avaliação Ambiental Estratégica.	
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	
A ARS LVT sugere a implementação de algumas medidas fundamentais para a saúde e ambiente, nomeadamente ao nível: do planeamento urbano e	De uma forma geral o Relatório Ambiental deu resposta às questões consideradas importantes pela entidade, quer ao nível das diretrizes de

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado(s) pelas ERAE	Observações
saúde, da água destinada ao consumo humano, das águas residuais, resíduos sólidos, poluição do solo, poluição do ar e do ruído urbano.	seguimento definidas para cada um dos FCD, quer no Plano de Controlo apresentado.
Turismo de Portugal	
A entidade sugere que a proposta de delimitação das Áreas de Vocação Turística (AVT) deverá ser fundamentada na AAE e deverá enquadrar algumas diretrizes estabelecidas pelo PROT-OVT.	A sugestão da entidade foi tida em consideração na reformulação do presente Relatório Ambiental.

O processo de consulta pública, de acordo com o n.º 6, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) prevê ainda que o projeto de plano e o respetivo Relatório Ambiental sejam *“submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por **associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados** que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados”*.

De forma a dar cumprimento a este procedimento, os documentos que integram a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente estiveram disponíveis para consulta pública (em formato papel e digital) na Divisão de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento da Câmara Municipal da Câmara Municipal, no horário de expediente, e na página oficial do Município na internet (www.cm-Benavente.pt).

A consulta pública decorreu no período compreendido entre 10 de abril e 25 de maio de 2014.

Durante os meses de abril e maio realizaram-se sessões públicas de esclarecimento, uma em cada junta de freguesia do concelho e uma na Câmara Municipal. Estas sessões foram publicitadas através de Aviso e de divulgação feita na página de internet da Câmara Municipal (www.cm-benavente.pt), em duas publicações de jornal, um de âmbito nacional e outro de âmbito local, e de editais que foram afixados em locais de maior afluência de pessoas, como a Câmara Municipal e nas sedes das Juntas de Freguesia.

De referir que, durante esta fase de discussão pública, não foram registadas quaisquer reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento relativo aos conteúdos retratados no Relatório Ambiental ou no Resumo Não Técnico.

3.2. Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º do DL 232/2007

[iii) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007]

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, não foi considerada a necessidade de efetuar consulta a nenhum estado membro da União Europeia devido, não só à localização geográfica do plano em análise, como também pelo facto de não se prever que as opções estratégicas e objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do plano em análise sejam suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado Membro da União Europeia.

4. As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração

[iv) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007]

A revisão do PDM de Benavente surge pela necessidade de ajustar e atualizar as estratégias de desenvolvimento que se pretendem desenvolver, devendo a proposta de revisão dispor de mecanismos e de instrumentos urbanísticos eficazes, capazes de mobilizar e de despertar dinâmicas, assim como estabelecer um modelo estratégico para o concelho que possibilite a identificação das principais preocupações e aspirações de desenvolvimento do município. Conforme referido no Relatório de Fundamentação das Opções do Plano (2015), numa perspetiva estratégica e prospetiva o **PROT-AML** considerava Benavente como um concelho que embora exterior à AML administrativa, cada vez mais e progressivamente, dela fazia parte integrante.

E assim já evidenciava dois desafios essenciais: A questão do modelo territorial policêntrico e a questão das continuidades do sistema biofísico. Há já alguns que se vislumbra o papel futuro de Benavente num quadro de AML alargado: o papel de “grande pulmão verde metropolitano”. Os fatores referidos e os trabalhos do **PROT- Oeste e Vale do Tejo** dão seguimento às ideias anteriores mas centrando-as à luz deste novo enquadramento territorial. Benavente evidencia:

- a) Um Forte Pólo Turístico associado aos investimentos existente e perspectivados;
- b) A integração no eixo da logística motivado pelo Novo Aeroporto de Lisboa
- c) A integração num cluster regional de Agro Indústrias

Um estudo promovido pela **NAER**: “*Estudo de Ordenamento de Atividades na Envoltente do Novo Aeroporto de Lisboa*”, considera 3 grupos de atividades económicas relacionadas com o Transporte Aéreo e que geram interações com a localização do Aeroporto:

- a) Turismo;
- b) Logística / Indústria;
- c) Terciário Superior.

Numa outra vertente da análise **PROTAML, PROTOVT e PNPOT** consideram como natural e óbvia, a integração de Benavente no seio da influência da AML. E deste facto acentuam duas preocupações essenciais:

- a) Qualificação urbana em modelo urbano policêntrico;
- b) Continuidades ao nível do sistema Biofísico.

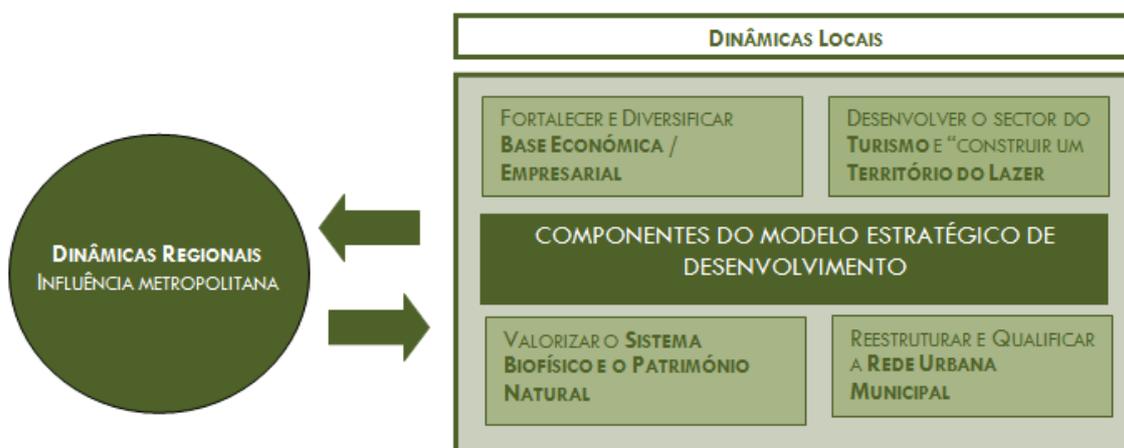


Figura 1 – Modelo Estratégico de Desenvolvimento (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015)

A construção do Modelo Territorial e da Estrutura de Ordenamento considera alguns fatores base que resultam da análise das dinâmicas emergentes à escala nacional e regional, e que por si só, justificam repensar o território num quadro de competitividade / coesão / sustentabilidade.

O desenho do modelo estratégico de desenvolvimento tem como preocupações fundamentais ir ao encontro dos princípios desenvolvidos pelo EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999) que aponta a coesão económica e social, a preservação do património cultural e natural e a competitividade mais equilibrada do território como objetivos chave do ordenamento do território. (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015).

Desta forma, o Modelo Territorial e os diversos posicionamentos Estratégicos elegem para Benavente quatro áreas fundamentais (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015):

- **Coesão Social / Cívica**
Eixo 1_ Reestruturar e qualificar a rede urbana
- **Competitividade**
Eixo 2_ Fortalecer e diversificar a base económica / empresarial
- **Sustentabilidade**
Eixo 3_ Valorizar o sistema biofísico e o património natural, num contexto metropolitano
- **Competitividade – Sustentabilidade – Inovação**
Eixo 4_ Desenvolver o setor do turismo e “construir” um território de lazer

Pelo exposto, e pela análise exaustiva, argumentação e justificações apresentadas nos diferentes documentos que suportam a revisão do PDM de Benavente, não foram consideradas alternativas à estratégia proposta, com exceção da análise da alternativa zero (correspondente à evolução do território na ausência da implementação da proposta de revisão do plano), considerando-se que a proposta de PDM sob análise responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território concelhio.

5. As medidas de controlo previstas

[v) do n.º1 do artigo 10 do DL 232/2007]

De acordo com o definido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) no Relatório Ambiental deve constar “*uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º*”. Estas medidas devem ainda constar na presente Declaração Ambiental e ser objeto de verificação por parte da Câmara Municipal de Benavente, na fase de seguimento do Plano, de forma a identificar e corrigir, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do plano.

Assim, para que a proposta de revisão do PDM de Benavente apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi definido um **Plano de Controlo** que visa assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução do Plano.

Neste contexto, o Plano de Controlo insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação no período de execução do PDM.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano. Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

O Quadro 3 apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da revisão do PDM de Benavente e define as medidas de gestão ambiental a desenvolver.

O Quadro 4 focaliza particularmente os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Benavente face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia. Apesar de não ter sido possível obter o valor base para alguns dos indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização/seguimento.

Importa salientar que os indicadores apresentados no Plano de Controlo se reduzem à área territorial, às competências da Câmara Municipal no território bem como às características mais pertinentes para acompanhamento da evolução do plano.

Quadro 3 – Plano de Controlo: indicadores de sustentabilidade e medidas de gestão ambiental.

FC D	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial	Qualificação Humana		
	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a atração de quadros técnicos médios e superiores - Promover a qualificação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução da população residente - População residente por grupos etários 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar condições que favoreçam as condições de qualidade de vida da população que permitam a fixação e a atração de população para o Concelho.
		<ul style="list-style-type: none"> - Variação da população ativa por setores de atividade - População residente, segundo a qualificação académica - Estruturas de apoio à formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações de qualificação e formação profissional e em especial direcionada para a população ativa desempregada; - Promover ações de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego;
	Sócio-Económica		
	<ul style="list-style-type: none"> -Defender a base económica local 	<ul style="list-style-type: none"> -Setores empresariais chave (n.º de empresas por setor) -Capacidade de realização dos fundos de apoio e de incentivos a práticas agrícolas sustentáveis (taxa de execução) -Número de produtos locais certificados 	<ul style="list-style-type: none"> -Dinamizar o Gabinete do Investidor de forma a ser peça chave na atração e seleção de setores empresariais chave. - Apostar na atração de atividades qualificadas que tirem partido do quadro locativo existente – interface AML. - Qualificação da Atividade Agrícola, através do seu desenvolvimento e da sua modernização. - Qualificar a atividade florestal e de produção, através do seu desenvolvimento e da sua modernização. - Apostar na produção de produtos de excelência e criar uma Imagem de Marca. - Certificar produtos de qualidade. - Divulgar e Promover a nível regional e nacional, produtos locais – rotas temáticas. - Criar rotas regionais apoiadas em setores chave – ganadarias, coudelarias, gastronomia, recursos naturais.
<ul style="list-style-type: none"> -Criar novos postos de emprego diminuindo a taxa de desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> -Taxa de atividade -Taxa de desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a qualificação da população ativa desempregada. - Promover o desenvolvimento de projetos que envolvam as principais unidades empresariais locais e os principais polos de conhecimento. -Promover o aumento da taxa de emprego e de formação profissional. - Criar condições para a existência de mais emprego no concelho. - Criar condições para a fixação de empresas no concelho. - Promover ações de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego. - Gerar mais e mais qualificado emprego. 	
<ul style="list-style-type: none"> -Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Número de intervenções qualificadoras e respetiva área (ao nível do tecido construído - armazéns, indústrias, e do espaço público). -Número de equipamentos e serviços de apoio empresarial instalados 	<ul style="list-style-type: none"> -Qualificar a imagem das zonas de localização empresarial existentes, assumindo essa qualificação como uma preocupação. -Requalificar o espaço industrial e de armazéns existentes, através do lançamento de projetos tipo. -Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicação e de partilha e 	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	<p>-Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional</p>	<p>-Taxa de cobertura das ALE por parte das novas redes de comunicações e partilha e troca de informação -Número de camas em hotelaria convencional</p>	<p>troca de informação. -Promover um concurso de ideias para a qualificação da imagem da EN10 e EN18, nas zonas de maior concentração de atividades terciárias e secundárias. -Valorizar e integrar programas emergentes nomeadamente o turismo temático – hipismo, o golf. -Promover o aumento da capacidade hoteleira. -Criar infraestruturas de suporte – alojamentos, restauração, equipamentos.</p>
	<p>- Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional</p>	<p>-Variação da População Ativa por setores de atividade -Área de espaços infraestruturados e estruturados para acolhimento de novas empresas</p>	<p>- Promover políticas de atração e de fixação de novas unidades. -Procurar oferecer espaços empresariais atrativos e qualificados mas acima de tudo “amigos e compatíveis” com o Ambiente. -Oferecer espaços públicos e espaços verdes qualificados e um programa de serviços e equipamentos de apoio atrativo.</p>
	<p>- Criar vastas áreas multiusos, estrategicamente localizadas, como base impulsionadora para fixação de atividades logísticas e empresariais, científicas, tecnológicas e de investigação.</p>	<p>-Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas de base tecnológica</p>	<p>-Apostar nos serviços terciários qualificados em especial ensino superior e empresas de base tecnológica como âncoras possíveis. -Explorar a possibilidade de instalar Serviços especializados de apoio às atividades existentes no domínio da investigação (Caso da Companhia das Lezírias por exemplo). -Programar e capitalizar a presença de uma unidade de ensino universitário como fator de localização capaz de fixar e atrair um tecido empresarial mais qualificado.</p>

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade	Ambiente Urbano		
	- Fomentar a organização espacial do território - Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos	-Evolução da População Residente -Evolução percentual da População Residente por Grupos Etários -Evolução da Densidade Populacional -Variação da área afeta ao solo urbanizado/afetação d solo ao uso urbano -Solo afeto à estrutura ecológica municipal (variação anual) -Espaço Industrial -Espaço Turístico -Espaço Florestal -Espaço Natural -Espaço Agrícola -Espaço Verdes Urbanos	- Promover medidas que favoreçam o aumento populacional acompanhado pelo aumento da população mais jovem. - Promover uma correta utilização e gestão destes espaços.
	- Regularizar e ordenar as explorações agropecuárias num quadro de equilíbrio e de respeito, com os espaços urbanos e com sistema biofísico	-Número total de explorações agropecuárias -Número total de explorações agropecuárias a reverter	Definir linhas orientadoras que visem incentivar a reconversão de explorações agropecuárias.
	- Promover as condições e a qualidade de vida das populações	-Aceso da população a sistemas de tratamento de águas residuais domésticas servidos por ETAR em funcionamento. -Acesso da população a sistemas de abastecimento de água potável (abastecimento, superficial e subterrânea).	-Continuar o processo de renovação da rede de abastecimento de água, com pequenas insuficiências do ponto de vista da rega, nos meses do verão. -Assegurar o uso racional e eficiente da água. -Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano. - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água. - Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água -Início das obras de melhoria da cobertura do ponto de vista do tratamento de todo o caudal efluente doméstico e comercial.
	-Manter e qualificar o nível de urbanização -Estruturar o seu território urbanizado, formal ou mesmo informalmente, mas recusando exceder os parâmetros urbanísticos tradicionais	-Instrumentos de gestão territorial eficazes de nível municipal -Nº de loteamentos aprovados -Número e montantes investidos, nas intervenções de requalificação urbana	- Promover um correto ordenamento dos espaços empresariais, planeando os espaços e os eixos preferenciais de localização empresarial. - Promover uma correta utilização e gestão destes espaços e de outros espaços.
- Definir uma estrutura urbana clara e de fácil leitura, uma rede atrativa de espaços públicos e de equipamentos e uma "imagem" do edificado que manter a identidade.	-Número de intervenções a nível da estrutura edificada e montantes investidos. -Número de intervenções a nível da estrutura viária e montantes investidos -Montantes investidos a nível da intervenção no espaço público urbano.	- Definir e promover a personalidade da cidade consolidada, tornando-a atraente - Defender o equilíbrio ambiental do espaço urbano. -Monitorizar as obras de reabilitação/recuperação garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas. -Garantir a definição de espaços verdes.	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
		-Número/área de ocupação e respetiva tipologia de parques de estacionamento	-Promover uma correta gestão dos espaços verdes. -Apoiar as atividades de lazer, nomeadamente existir uma rentabilização pedagógica, a par da lúdica, dos espaços existentes e a criar. - Definir uma rede viária estruturante e clarificar a forma como esta se relaciona com a rede municipal.
	- Requalificar as zonas ribeirinhas, libertando-as do excesso de áreas urbanizáveis, através da implementação de alternativas no interior do concelho	Montante investido em projetos (espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventuras criados) nas zonas ribeirinhas	-Defender e zelar pela proteção e tratamento das linhas de água – prevenção do risco de cheias. - Promover uma correta utilização e gestão deste espaço público. - Garantir um espaço público atrativo e confortável. - Requalificar o espaço público, incluindo mobiliário urbano, sinalética e equipamento urbano. - Promover uma rentabilização pedagógica a par da componente lúdica dos espaços lúdicos.
	- Estabelecer uma rede viária estruturante e promover a melhoria da mobilidade integrada (apoiada no estudo de acessibilidades) e adequada às propostas de ordenamento	Tempo de deslocação por meio de Transporte	Articular o planeamento e a prática urbanística existentes com o sistema de transportes.
Transportes			
	- Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas e externas	- Novas vias rodoviárias que sustentem o transporte intermunicipal e urbano, articulado com as redes de transportes públicos em perspetiva. - Investimento em novas vias de comunicação, tendo em conta novos cenários relacionados com a futura localização do aeroporto e traçado da alta velocidade.	- Articular o planeamento e a prática urbanística existente com o sistema de transportes. - Reduzir os níveis atuais de mobilidade motorizada e aumentar a utilização de modos de transporte mais sustentáveis. - Reorganizar os transportes públicos coletivos, tornando-os mais modernos, eficientes e competitivos.
	- Criar condições para uma Mobilidade sustentável	-Vias pedonais/ciclovias -Número de projetos no contexto da mobilidade sustentável e da mobilidade para todos	- Promover uma melhor articulação e compatibilização das infraestruturas viárias com os modos de transporte pedonal e ciclável. - Promover uma gestão adequada do estacionamento. - Fomentar o estacionamento público pago. - Promover o alargamento / continuidade da rede pedonal e articulação entre estas, as ciclovias e os equipamentos de Verde, Recreio e lazer, através de um plano geral de rede pedonal. - Promover a prevenção e redução dos níveis de sinistralidade.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Desenvolvimento Turístico	Património Natural		
	- Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural	- Espaços Naturais com aptidão turística - Espaço Rural com aptidão turística	- Definir e monitorizar o estado, uso e ocupação da Estrutura Ecológica Municipal e definição do Quadro de Usos e de Compatibilidades - Definir uma estratégia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável para o Município que envolva os seguintes domínios: Liderança, Criação de Redes de Sítios, Envolvimento de Parceiros, Estratégia de Animação e de Comunicação e Marketing
	- Promover o uso sustentável dos recursos naturais	- Percursos Pedestres - Circuitos Turísticos	- Definir Percursos Pedestres e/ou Circuitos Turísticos que potenciem a promoção e a conservação dos sistemas naturais existentes, nomeadamente a Reserva Natural do Estuário do Tejo.
	- Definir espaços atrativos e qualificados que permitam a sua utilização para práticas de lazer	- Atividades de turismo em espaço natural - Atividades de turismo rural	- Criar Rede de Sítios e de Acontecimentos com interesse para o Turismo, o Recreio e o Lazer. - Desenvolver atividades de promoção do espaço rural como área propícia para atividades de turismo rural.
	- Incentivar a prática de um turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural e paisagístico	- Parques Ribeirinhos e Zonas de Pesca Desportiva	- Elaborar Projetos de valorização das Margens Ribeirinhas. - Promover a manutenção dos parques ribeirinhos existentes.
	Património Cultural e Arquitetónico		
	- Conservar e valorizar o património arquitetónico e cultural do concelho	- Eventos culturais / Ações de divulgação cultural	- Elaborar a Carta do Património Municipal. - Promover Rotas de Eventos Culturais.
	- Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes	- Imóveis Classificados - Outros Imóveis de Interesse Cultural - Sítios Arqueológicos	- Promover uma correta utilização e gestão do património cultural. - Sensibilizar a população para a conservação e valorização do património natural e edificado do concelho.
	Golfe e Resorts		
	- Planear, de forma sustentável, os espaços destinados à implantação de empreendimentos turísticos associados ao Golfe	- Infraestruturas e equipamentos de turismo e lazer associadas ao golfe - Empreendimentos turísticos/resorts	- Monitorizar o nível de execução, de ocupação e de infraestruturização das áreas de aptidão turística. - Monitorizar o nível de emprego gerado e potencial. - Monitorizar a aplicação de medidas que promovam o uso eficiente dos recursos, nomeadamente o recurso água.
	Turismo Rural		
	- Dinamizar e fortalecer o hipismo com atividade tradicional	- Coudelarias/Centros Hípicos	- Promover o turismo hípico como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável, bem como geradora de riqueza para o território.
- Promover os recursos agrícolas e florestais, aproveitando as características rurais do território	- Agroturismo - Infraestruturas de apoio à atividade (Companhia das Lezírias)	- Promover o agroturismo como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável, incentivando, motivando e envolvendo os agentes/investidores locais no desenvolvimento de projetos na área do Turismo da Natureza, Turismo de habitação, Turismo em Espaço Rural e outras formas de Turismo Ativo, de forte contacto com a Natureza.	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas	
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Conservação e Valorização do Património Natural	Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)		
		- Assegurar a conservação do património natural em áreas do SNAC	<ul style="list-style-type: none"> - Área do Município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas - Plano de gestão para a Área Classificada, - Ações de monitorização de espécies prioritárias - Planos de ação para espécies prioritárias. - Corredores ecológicos entre áreas nucleares para a conservação de espécies 	- Contribuir para o processo de Implementação o Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, bem como do Plano de Gestão da ZPE- Estuário do Tejo na sua área externa à RNET, proporcionando a avaliação da execução das mediadas neles previstas, designadamente das que resultam da adoção das orientações de gestão referidas no Plano Setorial da Rede Natura 2000 para as Áreas Classificadas em causa.
		- Promover a valorização do património natural e paisagístico em áreas do SNAC	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação valores naturais - Ações de exploração sustentável do meio natural - Ações de divulgação e de sensibilização ecológica - Rotas ou programas de visitação - Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, centro de interpretação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar eventos que beneficiem dos Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação de valores naturais. - Executar o Programa do Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, bem como do Plano de Gestão da ZPE-Estuário do Tejo na sua área externa à RNET. - Promover ações de divulgação e de sensibilização ecológica, integradas em dinâmicas de turismo de natureza. - Promover a sinalização de trilhos usados para pedestrianismo de forma a compatibilizá-los com os requisitos para a homologação de percursos pedestres. - Promover a integração de trilhos já usados em eventos de pedestrianismo ou em rotas temáticas de programas de visitação. - Planeamento e execução de programas de turismo de natureza.
		- Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas	- Participação em ações de Fiscalização	- Implementar o Plano de Ordenamento e Gestão para a Reserva Natural do Estuário do Tejo, bem como do Plano de Gestão da ZPE- Estuário do Tejo na sua área externa à RNET, proporcionando a avaliação da execução das mediadas neles previstas, designadamente das que resultam da adoção das orientações de gestão referidas no Plano Setorial da Rede Natura 2000 para as Áreas Classificadas em causa, constituindo objeto específico da ação do ICNB.
		- Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	-Valores naturais com estatuto de proteção	
			- Monitorização da diversidade de espécies protegidas e prioritárias*	
			- Planos de ação para espécies ameaçadas, espécies protegidas e de conservação prioritária	
			- Ações de conservação de espécies	
		- Monitorizar e reabilitar habitats	- Habitats prioritários	
			- Ações de conservação de habitats	
Estrutura Ecológica Municipal				
- Promover o contínuo natural através da correta delimitação da Estrutura Ecológica Municipal	- Área do Concelho Integrada na EEM	- Promover ações de conservação dos sistemas biofísicos, e dos elementos que integram a EEM.		
- Promover a valorização de áreas/sistemas ecológicos e outros valores integrados em espaços de EEM	- Áreas/sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM			

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta		
	- Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta	- Área de floresta de proteção - Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	- Criar e implementar ZIFs. - Elaborar planos de gestão da floresta
	- Fomentar oportunidades de fruição sustentável da floresta	- Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais*	- Implementar e infraestruturar áreas de lazer com conexão a trilhos / rede de caminhos tradicionais devidamente marcados e sinalizados.
	- Controlar o estado fitossanitário dos espécimes	- Ações de controlo do estado fitossanitário de espécimes com valor para a conservação da natureza*	- Promover ações de controlo do estado fitossanitário de espécimes com valor para a conservação da natureza, com particular incidência no Sobreiro.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Resíduos		
	- Promover uma política adequada de gestão de resíduos - Promover a qualidade de vida das populações	- Produção de resíduos sólidos urbanos - Valorização de resíduos sólidos urbanos - Sistemas de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos - Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos	- Alargar o sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos ao maior número de aglomerado, do concelho. - Promover ações de erradicação de depósitos ilegais de resíduos existentes. - Analisar os pontos de deposição de resíduos sólidos urbanos no concelho com vista a minimizar o extravasamento do material depositado e o local de implementação ser requalificado. - Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro. - Implementar sistemas de recolha seletiva junto dos grandes produtores (escolas, indústrias, serviços e infraestruturas municipais) - Melhorar os níveis da cobertura do serviço de recolha. - Aumentar do número de ecopontos. - Promover ações de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha seletiva e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos. - Promover ações de sensibilização relativas à compostagem, incentivando a separação dos resíduos orgânicos. - Cumprir os objetivos comunitários em matéria de desvio de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro previsto no PERSU II.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas	
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Qualidade Ambiental	Água		
		<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos - Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade da água superficial de acordo com os fins a que se destina - Qualidade da água subterrânea 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos. - Dar continuidade às intervenções de qualificação das frentes ribeirinhas. - Assegurar a proteção do domínio hídrico e a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e, de uma forma mais geral, das galerias ripícolas e dos troços mais degradados, garantindo áreas “non aedificandi”. - Promover ações que visem proteger e melhorar a qualidade da água - Promover ações de sensibilização relativas à preservação dos recursos hídricos. - Assegurar que as atividades agropecuárias instaladas cumprem o Código de Boas Práticas Agrícolas. - As explorações agropecuárias e agroindustriais deverão cumprir o normativo legal e regulamentar específico para cada um dos setores. - Adotar, para as explorações agropecuárias (nomeadamente suiniculturas) opções por soluções coletivas de tratamento que sejam alternativas às soluções individuais². - Adotar, para as explorações agropecuárias (nomeadamente suiniculturas), adoção de soluções conjuntas, ou complementares, que se demonstrem como as tecnicamente mais adequadas e sustentáveis, que promovam economias à escala regional, permitindo um efetivo controlo das descargas nos meios recetores². - Potenciar a utilização da capacidade de tratamento das infraestruturas dos sistemas supramunicipais ou municipais de saneamento de águas residuais, após um pré-tratamento adequado, otimizando o investimento já realizado². - Divulgar fundos de apoio e incentivo a práticas agrícolas sustentáveis. - Definir linhas orientadoras de melhores práticas agrícolas nomeadamente indicando o tipo de cultura preferencial em áreas adequadas.
		<ul style="list-style-type: none"> - Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano 	<ul style="list-style-type: none"> - Consumo de água 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o uso racional e eficiente da água. - Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano. - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água.
	<ul style="list-style-type: none"> - População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano. - Garantir a continuidade do acesso a sistemas de abastecimento de água para consumo humano, a toda a população do Concelho de Benavente. 		

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural Qualidade Ambiental	Água - Promover um consumo eficiente e racional do recurso água	- Perdas no sistema de abastecimento - Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	- Assegurar e promover ações que visem o uso eficiente e racional da água, como a implementação de sistemas que identifiquem as perdas existentes na rede de distribuição. - Instalação de válvulas redutoras de pressão, no sistema predial de abastecimento ¹ . - Promover formas de uso de isolamento térmico do sistema de distribuição de água quente - promove a redução do desperdício de água corrente enquanto os utilizadores esperam que a temperatura seja adequada (medida a ter em conta na fase de construção) ¹ . - Substituir ou adaptar as torneiras convencionais (lavatórios, etc) por dispositivos mais eficientes e com menor caudal de água (torneira com redutor de caudal, com dispositivo arejador, com fecho automático, etc) ¹ . - Adequar os procedimentos na lavagem de pavimentos (utilização de mangueiras com dispositivos de controlo de caudal na extremidade de modo a permitir o rápido corte ou diminuição de caudal sem ter de se efetuar deslocação à torneira de alimentação do sistema) ¹ . - Utilizar de métodos de limpeza a seco de pavimentos - substituição (parcial) de lavagem de pavimentos com água (mangueira), por métodos de limpeza a seco (vassoura / varredura automática) ¹ . - Realizar a manutenção periódica dos sistemas de rega de forma a eliminar fugas ¹ . - Programar a oportunidade e altura da rega (antes das 8h00 e depois das 18h00), de forma a evitar perdas ¹ . - Selecionar espécies vegetais autóctones com resistência à seca e eliminar periodicamente espécies infestantes ¹ . - Efetivar a rega somente quando necessário (eventual instalação de sensores) ¹ . - Substituir sistemas de rega menos eficientes por sistemas de rega de baixo consumo (no caso de zonas relvadas – sistema de aspersão, no caso de jardins – sistema gota-a-gota) ¹ . - Instalar métodos de recirculação, total ou parcial, da água no caso dos lagos (com sinalização de aviso relativa à sua potabilidade) e recirculação da água das piscinas (com tratamento intercalar) ¹ . - Limitar ou proibir a utilização de água do sistema público de abastecimento, na lavagem de pavimentos, em jardins e similares, em piscinas, lagos, espelhos de água, campos desportivos campos de golfe e outros espaços verdes de recreio, em períodos de escassez ¹ .

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
0	<p>Água</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais - Promover a qualidade de vida das populações 	<ul style="list-style-type: none"> - População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar que os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada. - Garantir o acesso a sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, a toda a população do concelho de Benavente. - Implementar medidas de erradicação de descargas de efluentes sem tratamento adequado de sistemas unitários, de sistemas separativos domésticos e de sistemas separativos pluviais³. - Implementar medidas de minimização de afluências pluviais aos sistemas unitários e aos sistemas separativos domésticos (desafetação progressiva de ligações pluviais).

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Ruído		
	- Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações - Cumprimento dos valores limite de exposição a ruído ambiente exterior previsto no RGR (art.11.º)	- População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite - Reclamações por incomodidade sonora - Planos de Redução de Ruído	- Fiscalizar o cumprimento das normas previstas no Regulamento Geral do Ruído (RGR). - Prevenir e controlar a emissão de poluição sonora nas Zonas Mistas e Sensíveis, de acordo com o estipulado no Regulamento Geral do Ruído. - Promover em todas as ações a realizar no solo urbano o respeito pela disciplina constante do Regulamento Geral do Ruído. - Implementar planos municipais de redução de ruído em zonas de conflito com o RGR, nos casos em que tal for aplicável. _ Acompanhar e monitorizar decisões da administração central sobre a solução de projeto e a concretização da implementação do NAL
	Ar		
	- Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública - Reduzir a poluição do ar	- Qualidade do ar - Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	- Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados. - Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera.
	- Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa	- Número de empresas sujeitas ao - - Comércio Europeu de Licenças de Emissão	- Fomentar e acompanhar a aplicação e seguimentos dos requisitos de monitorização definidos por legislação específica para os casos de instalação de empresas sujeitas ao CELE.
	Energia		
	- Promover o aumento da Eficiência Energética - Utilizar racionalmente a Energia	- Consumo de energia (gás, eletricidade, combustíveis líquidos)	- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético, nomeadamente ao nível de projetos relacionados com a eficiência energética em edifícios públicos. - Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE). - Aproveitar recursos naturais para produção de energia (nomeadamente através da instalação de painéis fotovoltaicos para iluminação pública) - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia.
	- Utilização de Fontes de Energia Renovável	- Projetos com adoção de soluções de ecoeficiência energética - Produção de energia através de recursos renováveis	
	Património Histórico e Cultural		
	- Salvaguardar os valores patrimoniais definindo medidas de proteção e de incentivo à conservação - Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes - Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos	- Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção) - Reabilitação de edifícios urbanos degradados - Imóveis classificados - Imóveis inventariados - Sítios Arqueológicos	- Promover a reabilitação/recuperação em edifícios privados considerados de interesse público. - Assegurar a recuperação ou intervenção para que a mesma seja executada nos edifícios públicos classificados como de interesse. - Monitorizar as obras de reabilitação/recuperação garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas. - Garantir a inventariação dos imóveis bem como a sua regular atualização. - Monitorizar a preservação e conservação dos imóveis. - Garantir a preservação e conservação dos sítios arqueológicos. - Monitorizar a preservação e conservação dos sítios arqueológicos, bem como a correta utilização desses espaços.
- Valorizar a diversidade e a identidade local			

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Prevenção/Mitigação de Riscos	Incêndio		
	- Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios	- Área ardida	- Aplicar as medidas estabelecidas no PMDFCI de Benavente bem como no Plano Operacional Municipal.
		- Número de ocorrências de incêndio	
		- Cumprimento (número) das ações/programas nos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente	
		- Número de ocorrências de incêndios urbanos	
	- Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas	- Número de pessoas afetadas por incêndios urbanos	- Aplicar as medidas estabelecidas no PMDFCI de Benavente, no Plano Operacional Intermunicipal bem como no Regulamento da proposta do Plano no que reporta às condições de edificabilidade em espaço florestal bem como às medidas que visam aumentar a resistência e resiliência dos ecossistemas.
		- Áreas edificáveis ou urbanizáveis em áreas com risco de incêndio das classes alta ou muito alta	
- Cumprimento das ações/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente, nomeadamente no que se refere ao aumento da resistência e resiliência dos ecossistemas*		- Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades.	
- Corporação de agentes envolvidos no combate a incêndios (bombeiros, proteção civil, outros)			
- Meios e verbas concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho			
Erosão			
- Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo	- Uso do solo	- Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos	
	- Ocorrência de erosão		
- Aumentar os níveis de proteção do solo	- Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	- Controlar os processos de erosão fluvial através da manutenção e/ou promoção da vegetação ripícola, entre outros processos. - Assegurar a conservação do solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial e a redução da perda do solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água.	

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Prevenção/Mitigação de Riscos	Cheias/Inundação		
	- Aumentar os níveis de proteção do solo	- Área impermeabilizada - Uso do solo em áreas com risco de cheia/inundação	- Garantir o cumprimento de boas práticas de proteção do solo e dos ecossistemas no que se refere a solos com características passíveis de inundação, em fase de construção e de seguimento de projetos. - Promoção da salvaguarda de ocupações ou atividades em zonas de cabeceiras de linha de água que prejudiquem a infiltração das águas e acelerem o escoamento superficial e a erosão.
	- Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias/inundação dentro do perímetro urbano	- Ocorrência de cheias/inundação - Área bruta de construção em áreas inundáveis - Número de pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações - Áreas inundadas - Medidas de contenção face à ocorrência de cheias/inundação	- Garantia das condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água em situação de leito normal ou de cheia. - Sempre que se esgotarem as possibilidades de adoção de medidas não estruturais deverá ser estudada a viabilidade técnica e económica da minimização dos efeitos das cheias e inundações através da adoção de medidas estruturais, nomeadamente bacias de retenção, laminagem de cheia e diques de proteção.
	- Assegurar as condições que evitem ou minimizem os impactes da ocorrência de cheias/inundação	- Investimento em estruturas de mitigação de cheias - Edifícios sensíveis em áreas de risco de cheia/inundação - Zonas densamente povoadas com risco de cheia/inundação	Desenvolver e implementar os estudos de requalificação das margens ribeirinhas de Benavente e Samora Correia como forma de valorizar a estrutura ecológica municipal e integrar o tecido construído no sistema biofísico. Adotar normas regulamentares que impeçam a edificação de caves nestas áreas.
	Sismicidade		
	- Prevenir as consequências provocadas por um sismo	- Exercícios de simulacro	- Estabelecer e monitorizar a implementação de um plano de ação face à possibilidade de ocorrência de sismo.
	Acidentes Industriais		
	- Minimizar os efeitos na população exposta à ocorrência de acidentes industriais	- Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de julho - Área ocupada por Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de julho - Fixação das distâncias de segurança - Densidade populacional em áreas condicionadas	- Garantir a definição e implementação das distâncias de segurança exigidas para os estabelecidos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/2007 de 12 de julho.

FCD	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores	Medidas
Agentes de Desenvolvimento	Ação Social		
	- Definir critérios, suficientemente flexíveis, que permitam acolher o desenvolvimento do concelho sem comprometer o equilíbrio funcional.	- Número de agentes envolvidos - Tipologia de agentes envolvidos	- Incentivar a participação pública. - Promover a informação e sensibilização dos cidadãos. - Divulgar as ações e atividades.
	- Proporcionar maior visibilidade e protagonismo interno e externo à sub-região e aos agentes locais, estimulando formas eficazes de organização e de cooperação estratégica.	- Ações desenvolvidas pelos agentes - Ações promovidas pela Câmara que tenham envolvido a participação dos Agentes - Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital)	- Promover ações em parceria com os agentes de desenvolvimento. - Incentivar a agilização da missão dos agentes de desenvolvimento. - Integrar os agentes locais nas ações e atividades da responsabilidade da autarquia. - Disponibilizar uma alocação no site da Câmara Municipal de Benavente para divulgação dos agentes de desenvolvimento presentes no território.
- Envolver a comunidade na valorização e aproveitamento dos seus recursos, mobilizando vontades e capacidades organizativas.	- Participação em consultas públicas - Participação eleitoral	- Promover a informação e sensibilização dos cidadãos.	

¹ – Medidas propostas no âmbito do PNUEA

² – Medidas propostas no âmbito da ENEAPAI

³ – Medidas propostas no âmbito do PEASAR II

Quadro 4 – Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Benavente relativamente às metas pretendidas para a área do Plano

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	
Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial	População Residente	n.º	32000	29019	2011 (INE)	
	Evolução da população residente	%	≥ 15%	24,8	Varição intercensitário 2001/2011 (INE)	
	População Residente por Grupos Etários	0-14	n.º	+ 10%	5146	2011 (INE)
		15-24	n.º	+ 10%	3130	2011 (INE)
		25-64	n.º	manter	16091	2011 (INE)
		65 ou mais anos	n.º	-10%	4652	2011 (INE)
	População residente, segundo a qualificação académica	Sem nível de escolaridade	%	≤5%	7	2011 (INE)
		Ensino básico	%	≥ 70%	55	2011 (INE)
		Ensino Secundário	%	≥ 30%	23	2011 (INE)
		Ensino Pós-secundário	%	≥ 10%	1	2011 (INE)
		Ensino Superior	%	≥ 20%	14	2011 (INE)
	Estruturas de apoio à formação profissional	n.º	-	1	2014 (IEFP)	
	Setores empresariais chave (n.º de empresas por setor)	n.º	-	2505	2001 (INE)	
	Taxa de Atividade	%	≥ 55%	52,4	2001 (INE)	
	Taxa de desemprego	%	≤10%	7,4	2001 (INE)	
	População Ativa	n.º	+ 10%	12176	2001 (INE)	
	População Ativa por Atividades Económicas	Setor Primário	%	≤5%	8	2001 (INE)
		Setor Secundário	%	≥ 60%	58%	2001 (2001)
Setor Terciário		%	≥ 30%	34%	2001 (INE)	
Área de espaços infraestruturados e estruturados para acolhimento de novas empresas	ha	-	-	-		
Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas de base tecnológica	n.º	-	-	-		

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade	Densidade Populacional	Hab./km ²	70,0	55,7	2011 (INE)
	Espaço urbanizado e programado	ha	+ - 5%	2.220	2014 (Revisão PDM)
	Solo afeto à estrutura ecológica municipal	ha	46405	46405	-
	Espaço Atividades Económicas	ha	964,1	964,1	2014 (Revisão PDM)
	Espaço de uso especial – segunda residência		935	935	2014 (Revisão PDM)
	Espaço destinado a equipamentos e outras estruturas ou ocupações compatíveis com solo rural		+ - 10%	6933	2014 (Revisão PDM)
	Espaço Florestal	ha	+ - 5%	26253	2014 (Revisão PDM)
	Espaço Natural	ha	-	3222	2014 (Revisão PDM)
	Espaço Agrícola	ha	+ - 5%	17593	2014 (Revisão PDM)
	REN	ha	+ - 5%	36178	2004 (Revisão PDM)
	RAN	ha	+ - 5%	14.800	2014 (Revisão PDM)
	Número total de explorações agropecuárias	n.º	-	~100	2014 (Revisão PDM)
	Número total de explorações agropecuárias a reconverter	n.º	0	2	CMB
	Acesso da população a sistemas de tratamento de águas residuais domésticas servidos por ETAR em funcionamento	%	95	76	2008 (INE)
	Acesso da população a sistemas de abastecimento de água potável (abastecimento, superficial e subterrânea).	%	100	98	2008 (INE)
	Nº de loteamentos aprovados	n.º	5	1	CMB
	Número e montantes investidos, nas intervenções de requalificação urbana	n.º	3	2	CMB
Número de intervenções a nível da estrutura viária e montantes investidos	n.º	-	-		
Montantes investidos a nível da intervenção no espaço público urbano	n.º	-	-		

	Montante investido em projetos (espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventuras criados) nas zonas ribeirinhas	n.º	-	-	
	Novas vias rodoviárias que sustentem o transporte intermunicipal e urbano, articulado com as redes de transportes públicos em perspetiva	n.º	-	-	
	Investimento em novas vias de comunicação, tendo em conta novos cenários relacionados com a futura localização do aeroporto e traçado da alta velocidade	n.º	-	-	
	Vias pedonais/ciclovias	km	20	-	CMB
	Número de projetos no contexto da mobilidade sustentável e da mobilidade para todos	n.º	5	-	CMB

- Não foi possível obter informação. No entanto, são Indicadores importantes para efeitos de monitorização, na Fase de Acompanhamento/Seguimento do Plano

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
Desenvolvimento Turístico	Espaço Natural com aptidão turística	Hectares	14707,88	14707,88	2014 (CMB)
	Espaço Rural com aptidão turística	Hectares	33185,19	33185,19	2014 (CMB)
	Percurso Pedestres	km	20	0	2014 (CMB)
	Circuitos Turísticos	N.º	5	0	2014 (CMB)
	Atividades de Turismo em Espaço Natural	N.º	5	0	2014 (CMB)
	Atividades de Turismo Rural	N.º	5	0	2014 (CMB)
	Parques ribeirinhos	N.º / Hectares	2	2	2014 (CMB)
	Zonas de pesca desportiva		2	1	2014 (CMB)
	Eventos Culturais/ Ações de Divulgação Cultural	N.º	20	20	2014 (CMB)
	Imóveis Classificados	N.º	3	3	2014 (IGESPAR)
	Outros Imóveis de Interesse Arquitetónico	N.º	40	40	2014 (CMB E SIPA)
	Sítios Arqueológicos	N.º	59	59	2014 (IGESPAR)
	Infraestruturas/ Equipamentos de Turismo e Lazer associadas ao Golfe	N.º /Hectares	3	3	2014(CMB)
	Empreendimentos Turísticos/Resorts	N.º /Hectares	3	2	2014 (CMB)
	Coudelarias/Centros Hípicos	N.º /Hectares	5	4	2014 (CMB)
	Agroturismo	N.º /Hectares	5	1	2014 (CMB)
Infraestruturas de Apoio à Atividade (Companhia das Lezírias)	N.º	5	1	2014 (CMB)	

FCD		Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Conservação e Valorização do Património Natural	Área do Município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	Sítio	ha	manter	15.754	2014 (ICNB)
			ZPE	ha	manter	15.076,791	
			RNET	ha	manter	2.412,63	
			Ramsar	ha	manter	2.412,63	
		Plano de gestão para a Área Classificada	N.º	manter	1	2008 (ICNB)	
		Ações de monitorização de espécies prioritárias	N.º	manter	6	2007 (ICNB)	
		Planos de ação para espécies prioritárias	N.º	manter	1	2008 (ICNB)	
		Corredores ecológicos entre áreas nucleares para a conservação de espécies	N.º	-	*	2014 (ICNB)	
		Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação valores naturais	N.º e tipo	5	3	2014 (ICNB)	
		Ações de exploração sustentável do meio natural	N.º e tipo	+10	4	2007 (ICNB)	
		Ações de divulgação e de sensibilização ecológica	N.º e tipo	>10	>10	2014 (ICNB e CMB)	
		Rotas ou programas de visitaçào	N.º e tipo	>5	0	2014 (ICNB)	
		Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, centro de interpretação ambiental	N.º e extensão	>5	0	2014 (ICNB)	
		Participação em ações de Fiscalização	N.º e tipo	>5	*	(ICNB)	
		Valores naturais com estatuto de proteção	Tipo	manter	57	2008 (ICNB)	
		Monitorização da diversidade de espécies protegidas e prioritárias	N.º e tipo	>1	*	(ICNB)	
		Planos de ação para espécies ameaçadas, espécies protegidas e de conservação prioritária	N.º e tipo	>1	*	(ICNB)	
		Ações de conservação de espécies	N.º e tipo	>5	4	2007 (ICNB)	
		Habitats prioritários	N.º e designação	>2	2	2008 (ICNB)	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
	Ações de conservação de habitats	N.º e tipo	>3	3	2007 (ICNB)
	Área do Concelho Integrada na EEM	ha	-	*	2014 (CMB)
	Áreas/sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM	Tipo	-	*	2014 (CMB)
	Área de floresta de proteção	ha	-	*	(CMB)
	Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	ha	manter	5717	2014 (CMB)
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	N.º, tipo e km	-	*	(CMB)
	Ações de controlo do estado fitossanitário de espécimes com valor para a conservação da natureza	N.º e tipo	-	*	(CMB)

FCD		Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Qualidade Ambiental	Resíduos					
		Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	ton/ano	- 225 000 ton até 2011 (base 1995) (ENDS)	13503	2005 (INE)	
		Valorização de resíduos sólidos urbanos	%	>5	3	2005 (INE)	
		Sistemas de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos	n.º	>55	52	2014 (CMB)	
		Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos	milhares de €	+ 15%	516	2014 (CMB)	
		Água					
		Consumo de água por habitante	m³/ano	-	70	2005 (INE)	
		População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	%	95 (PEAASAR)	98	2014 (CMB)	
		Perdas no sistema de abastecimento	%	15% até 2020 (PNA)	34	1999 (PBHR Tejo)	
		Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	n.º	-	*	-	
		População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	%	90 (PEAASAR)	76	2005 (INE)	
		População servida por sistemas de tratamento de águas residuais	%	90 (PEAASAR)	71	2005 (INE)	
		Ruído					
		População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 65dB (A) – Zonas Mistas	%	0 (RGR)	-	-
			População exposta a níveis sonoros LAeq noturno > 55dB (A) – Zonas	%	0 (RGR)	-	-

FCD		Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
		Mistas				
		População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 55dB (A) – Zonas Sensíveis	%	0 (RGR)	-	-
		População exposta a níveis sonoros LAeq noturno > 45dB (A) – Zonas Sensíveis	%	0 (RGR)	-	-
		Reclamações por incomodidade sonora	n.º	≤1	*	-
		Planos de Redução de Ruído	n.º	≥1	*	-

FCD		Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Natural	Qualidade Ambiental	Ar					
		Qualidade do ar	Índice	manter	Bom	2008 (Qualar)	
		Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	Ozono – Limiar de Alerta à população	n.º	0	0	2008 (Qualar)
			Ozono – Limiar de Informação à população	n.º	0	3	2008 (Qualar)
			Dióxido de Azoto – Alerta	n.º	0	0	2008 (Qualar)
			Dióxido de Enxofre - Alerta	n.º	0	0	2008 (Qualar)
			Partículas <10µm	n.º	0	0	2008 (Qualar)
		Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão.	n.º	1	1	2008 (APA)	
		Energia					
		Consumo de Energia Elétrica	tep	+10%	8581,3	2005 (DGEG)	
		Consumo de Gás	tep	+10%	44627,4	2005 (DGEG)	
		Projetos com adoção de soluções de ecoeficiência energética	n.º	≥1	*	-	
		Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	tep	≥1	*	-	
	Património Histórico e Cultural						
	Património Histórico e Cultural	Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)	n.º	>5	-	-	
		Reabilitação de edifícios urbanos degradados	n.º	>5	-	-	
		Imóveis Classificados	n.º	>5	3	2011 (IGESPAR)	
		Imóveis Inventariados	n.º	>50	40	2011 (CMB e SIPA)	
		Sítios Arqueológicos	n.º	>60	59	2011 (IGESPAR)	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
Prevenção/Mitigação de Riscos	Risco Incêndio				
	Número de ocorrências de incêndio	Nº/ano	≤15	18	2009 (INE)
	Área ardida	ha/ano	≤8	8	
	Cumprimento das ações/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente	Nº	-	*	(CMB)
	Número de ocorrências de incêndios urbano	Nº	≤5	*	(CMB)
	Número de pessoas afetadas por incêndios urbano	Nº	-	*	(CMB)
	Áreas edificáveis ou urbanizáveis em áreas com risco de incêndio das classes alta ou muito alta	ha	≤1	*	(CMB)
	Cumprimento das ações/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente, nomeadamente no que se refere ao aumento da resistência e resiliência dos ecossistemas*	Nº	≥3	*	(CMB)
	Corporações de agentes envolvidos no combate a incêndios (bombeiros, proteção civil, outros)	Nº	≥5	5	2010 (CMB)
	Meios e verbas concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho	Nº e €	-	*	(CMB)
	Risco Erosão				
	Uso do solo em áreas com risco de erosão	ha/tipologia	-	*	(CMB)
	Ocorrência de erosão	ha	-	*	
	Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	Nº	-	*	
	Risco Cheia				
	Área impermeabilizada	ha	+ 15%	*	(CMB)
	Uso do solo em áreas com risco de cheias/inundação	ha/tipologia	Diminuir	*	
	Áreas inundadas	ha/ano	Diminuir	*	

	Ocorrência de cheias/inundação	Nº/ano	≤2	*	
	Área bruta de construção em áreas inundáveis	ha	Diminuir	*	
	Número de pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações	Nº	Diminuir	*	
	Medidas de contenção face à ocorrência de cheias/inundação	Nº	≥5	*	
	Investimento em estruturas de mitigação de cheias	€	-	*	
	Edifícios sensíveis em áreas com risco de cheias/inundação	Nº	≤5	0	
	Zonas densamente povoadas em áreas com risco de cheias/inundação	Nº	≤1	0	
Sismicidade					
	Exercícios de simulacro	Nº/ano	-	*	(CMB)

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	
Prevenção/Mitigação de Riscos	Acidentes Industriais					
	Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 254/2007 de 12 de julho	Nível Inferior Perigosidade	Nº	1	1	2010 (APA)
		Nível Superior Perigosidade			0	
	Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 254/2007 de 12 de julho	Nível Inferior Perigosidade	ha	≤1	*	(CMB)
		Nível Superior Perigosidade			0	
	Fixação das distâncias de segurança		ha	+ 10%	-	
Densidade populacional nas áreas condicionadas		cidadãos/m ²	Diminuir	*		

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município Benavente	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte
Agentes de Desenvolvimento	Ação Social				
	Número de agentes envolvidos	nº	-	-	-
	Tipologia de agentes de desenvolvimento	nº	≥10	9	2009 (CMB)
	Agentes de desenvolvimento "Ação Social"	nº	≥10	8	-
	Agentes de desenvolvimento "Ambiente"	nº	≥5	0	-
	Agentes de desenvolvimento "Cultura"	nº	≥15	13	-
	Agentes de desenvolvimento "Desenvolvimento"	nº	≥15	14	-
	Agentes de desenvolvimento "Desporto"	nº	≥15	14	-
	Agentes de desenvolvimento "Educação"	nº	≥5	4	-
	Agentes de desenvolvimento "Juventude"	nº	≥5	3	-
	Agentes de desenvolvimento "Segurança"	nº	≥5	2	-
	Ações desenvolvidas pelos agentes	nº	≥5	-	-
	Ações promovidas pela Câmara que tenham envolvido a participação dos Agentes	nº	≥10	-	-
	Participação em consultas públicas	nº	≥10	-	-
	Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais	%	≤40	50,8	2009 (INE)
Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital)	nº	-	-	-	

Para que a proposta de revisão do PDM de Benavente apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, deverão ser cumpridas as medidas propostas no Plano de Controlo, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.



primeira revisão do PDM de Benavente

Avaliação Ambiental Estratégica_ **Declaração Ambiental**

29 de junho de 2015